

06 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Caminho de Lula para deixar cadeia passa por juíza linha-dura

Ministério Público opinou ao STJ pelo semiaberto, cujos termos devem ser decididos por Carolina Lebbos

SÃO PAULO Caso o STJ (Superior Tribunal de Justiça) concorde com o Ministério Público Federal e determine a progressão de regime do ex-presidente Lula, uma magistrada com histórico de medidas contrárias ao petista deve permanecer com papel decisivo no futuro dele fora da cadeia.

A juíza federal de primeira instância no Paraná Carolina Lebbos continuará com a tarefa de administrar o dia a dia da pena de Lula e pode estabelecer requisitos para a permanência fora da prisão, além de analisar se o condenado está seguindo as condicionantes para não voltar ao regime fechado.

Pessoas ligadas a Lula temem que ela tome medidas que dificultem o exercício do benefício pelo petista.

Elas lembram que a última decisão favorável a Lula concedida pela magistrada do Paraná foi a autorização para que ele fosse ao enterro do neto, em março. Semanas antes, contudo, ela tinha nega-

do a autorização para que ele comparecesse ao velório de um de seus irmãos.

Foi Lebbos também quem retirou o benefício de visita semanal de líderes religiosos ao ex-presidente na sede da PF no Paraná, onde ele cumpre pena, algo que é previsto na Lei de Execução Penal.

Desde a prisão de Lula, em abril de 2018, a juíza negou uma série de pedidos da defesa do ex-presidente.

Entre outros atritos com os advogados, houve negativa para a visita de médicos, ordens rejeitando pedidos de entrevistas e uma medida que afastou a prerrogativa da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, de se encontrar com Lula como advogada dele.

Em relação às entrevistas, a posição da juíza foi revista por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal):

Lebbos continuará em função de destaque porque o STJ deve se limitar a informar se Lula tem direito ou não à progressão, sem detalhar, em ca-

so de decisão favorável ao petista, como será na prática a concessão desse benefício.

Em parecer enviado à corte na semana passada, o Ministério Público Federal afirmou que o ex-presidente já tem direito à progressão para o semiaberto, regime em que o condenado tem a possibilidade de sair de dia para trabalhar ou estudar e voltar à prisão à noite.

A subprocuradora-geral Aurea Lustosa Pierre afirmou no documento concordar com a tese, encaminhada pela defesa do ex-presidente, de que a redução da pena decidida em abril pelos ministros do STJ deve descontar, em novo cálculo, o período de um ano e dois meses em que Lula já ficou detido. A medida é conhecida como detração.

Retirando-se esse tempo da condenação fixada pela corte com sede em Brasília, a pena ficaria em período inferior ao de oito anos, marca que abre a possibilidade de ida ao semiaberto.

CONTINUA

Os advogados vão além e entendem que não existe estabelecimento prisional compatível com a permanência de Lula no regime semiaberto — defendem que ele cumpra a pena em regime aberto.

O local para cumprimento também dependerá da decisão de Carolina Lebbo. A responsável pela administração da pena tem a possibilidade, por exemplo, de permitir que Lula volte ao estado de São Paulo, onde tem residência e onde mora a sua família.

Mas há outras possibilidades. “Em alguns casos da Lava Jato, os réus tiveram que ofertar para a juíza um endereço em Curitiba, um quarto de hotel ou um apartamento alugado, como endereço provisório”, afirma o advogado Marcelo Lebre, que atua em casos da Lava Jato no Paraná.

Ele destaca, no entanto, que esses casos se tratavam de réus que estavam presos no Complexo Médico Penal, em Pinhais (PR), de administração estadual.

O pedido da defesa de Lula ainda não tem data para ser julgado no STJ, onde ficará a cargo da Quinta Turma da corte, a mesma que reduziu a pena do petista em abril. Caberá ao relator, ministro Félix Fischer, decidir a data.

Pareceres do Ministério Público favoráveis ao réu costumam ser um indicativo de aceitação da tese entre os magistrados julgadores.

A defesa de Lula, comandada por Cristiano Zanin Martins, porém, afirma que seu recurso não trata apenas da mudança de regime de cumprimento da pena. “Ao contrário, demonstramos que há diversas omissões que, se sanadas, devem levar à absolvição. A ‘progressão’ é uma tese subsidiária”, diz o advogado.

O caso de Lula é excepcional, porque foi a primeira vez que um ex-presidente do Brasil foi preso após condenação por um crime comum. No Paraná, ele está instalado em uma espécie de “sala de Estado-maior”, separada dos outros presos, por causa do cargo que ocupou.

No pedido que fez ao STJ, a defesa de Lula argumenta que não há disciplinamento legal sobre a legislação que trata das condições de progressão de pena em relação a ex-presidentes — portanto, aponta, ficaria a critério do julgador decidir sobre o cumprimento em regime compatível.

Procurada sobre a possibilidade de manter suas instalações para Lula passar a noite caso ele progrida de regime, a Polícia Federal do Paraná não se manifestou. Felipe Bächtold, José Marques e Wálter Nunes

Entenda a situação de Lula

Quais são as interpretações para a progressão de regime de Lula?

Quando o STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu reduzir a pena de Lula, criminalistas calcularam que o ex-presidente devia progredir de regime em setembro deste ano, quando completasse um sexto da pena, como previsto no Código de Processo Penal. O Ministério Público Federal, no entanto, avaliou que ele já tem direito à progressão de pena do regime fechado para o semiaberto, se descontado da pena total o tempo que Lula já ficou na cadeia

Qual é o posicionamento da defesa?

Que não existe estabelecimento compatível com a manutenção de Lula no regime semiaberto e que ele deve cumprir a pena em regime aberto

O que é regime semiaberto? Há vagas no sistema prisional?

No regime semiaberto, o preso pode trabalhar durante o dia e dormir em estabelecimento prisional. Há no país, porém, um histórico déficit de instituições que atendam a esses presos. Uma possibilidade ao ex-presidente seria a Justiça aceitar que ele passasse a ficar preso em casa, com restrições a visitas

Onde será cumprido?

Depende de decisão da juíza da execução penal, Carolina Lebbo. Ela pode permitir que Lula volte ao estado de São Paulo, onde tem residência. Mas há outras possibilidades. “Em alguns casos da Lava Jato, os réus tiveram que ofertar para a juíza um endereço em Curitiba, um quarto de hotel ou um apartamento alugado, como endereço provisório”, afirma o advogado Marcelo Lebre

Quem decidirá sobre a progressão e se será semiaberto ou aberto?

A decisão é do STJ, mas os termos dessa decisão ficarão sob a responsabilidade da juíza Lebbo

Se o STJ decidir pelo regime aberto, que tipo de restrição é frequente nesses casos?

O ex-presidente pode ter o deslocamento restrito à cidade onde viverá, ter que usar tornozeleira eletrônica, além de proibição de contato com outros réus e investigados em casos ligados ao dele

06 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Ex-governador Beto Richa é denunciado pela 3ª vez na Lava Jato

Katna Baran

CURITIBA A força-tarefa Lava Jato do Ministério Público Federal denunciou nesta quarta (5) o ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB) e outras seis pessoas por corrupção ativa e passiva, fraude licitatória e lavagem de dinheiro envolvendo obras de duplicação de uma rodovia em 2014.

É a terceira denúncia contra o tucano no âmbito da operação. Segundo a Procuradoria, aliado ao ex-assessor Ezequias Moreira, ao irmão, o ex-secretário José Richa Filho, e a dois empresários, Rafael Gluck e José Maria Ribas Muellet, o ex-governador fraudou a licitação para exploração e duplicação da PR-323, que liga Maringá a Francisco Alves, no noroeste do Paraná.

Eles teriam agido em favor do Consórcio Rota das Fronteiras, composto pelas empresas Tucumann Engenharia e Odebrecht.

Para garantir êxito na licitação, os agentes públicos teriam descumprido formalidades e, em troca, recebido de R\$ 7,5 milhões.

“Era, na realidade, a maior licitação da história da pasta. O contrato representava recebimentos totais na órbita de R\$ 7,7 bilhões”, narra a denúncia.

O ex-assessor de Richa Deonilson Roldo teria recebido R\$ 4 milhões da Odebrecht em nome de Richa, do irmão e de Ezequias. O contador Dirceu Pupo e Luiz Abi Antoun, primo de Richa, teriam atuado como intermediários do negócio.

Parte do esquema foi descoberto no “setor de propinas” da Odebrecht, que revelou pagamentos superiores a R\$ 3,5 milhões para o codinome “Piloto”, utilizado para identificar Richa. Segundo a denúncia, Richa teria recebido ainda cotas de imóvel de R\$ 3,4 milhões a título de propina.

A defesa de Antoun diz que ele comprovará a inocência. E a de Pupo, que a denúncia “é equivocada e não encontra respaldo em elemento probatório”. A Tucumann não quis se pronunciar. A reportagem não conseguiu contato com os demais acusados.

06 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Norte e Nordeste têm disparada na taxa de mortes violentas

Crescimento entre 2007 e 2017 foi o triplo da média nacional; índice avança mais entre jovens e negros

Fernanda Mena
e Júlia Barbon

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO Os homicídios no Brasil cresceram 2,8 vezes mais nas regiões Norte e Nordeste do que a média nacional, entre 2007 e 2017, ano em que 65.602 pessoas foram assassinadas.

É o que revelam os dados do Atlas da Violência 2019, publicação do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgados nesta quarta (5), com base em dados do Ministério da Saúde.

A distribuição geográfica e demográfica desses óbitos violentos tem se tornado cada vez mais desigual.

No Brasil, morre-se mais no Norte e Nordeste e morrem mais os negros e os jovens.

A taxa de homicídios nessas duas regiões aumentou 68% no período, saltando para 48,3 vítimas por 100 mil habitantes. Enquanto isso, a média nacional cresceu 24%, atingindo o patamar inédito de 31,6. O Sudeste e o Centro-oeste tiveram uma leve diminuição, e o Sul ficou estável.

A concentração de homicídios em determinados grupos e territórios na última década é notória. Entre 2007 e 2017, o assassinato de negros cresceu dez vezes mais do que o de não negros.

“

Tanto a morte de mulheres em casa como a de pessoas LGBTI+ apontam para o crescimento de alguns tipos de crimes de ódio, que não são ligados a questões econômicas, mas a valores

Daniel Cerqueira
coordenador do estudo do Ipea

A morte violenta intencional de jovens de 15 a 29 anos aumentou 38% no mesmo período. Em 2017, representou 54% do total de homicídios, ainda que corresponda só a 25% da população brasileira.

No Rio Grande do Norte, a taxa de homicídios de 62,8 por 100 mil habitantes, recorde no país, teve aumento de 229% em dez anos. No oposto está São Paulo, com 10,3 mortes por 100 mil habitantes e queda de 34% no período.

“Desde os anos 2000 existe um aumento dos homicídios no Norte e Nordeste”, aponta o economista Daniel Cerqueira, coordenador do estudo.

“Ele tem a ver com o crescimento da renda no país naquele período, porque circulação de dinheiro atrai mercados ilícitos, principalmente o de drogas, e também tem a ver com a guerra entre facções do crime organizado”, explica.

A disputa se acirrou ao longo das últimas décadas e foi deflagrada em meados de 2016 entre as duas maiores facções criminosas do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), envolvendo organizações locais.

As batalhas se deram em busca de novas rotas de transporte de drogas a partir do Peru e da Bolívia, tanto para os emergentes mercados locais como para a exportação de cocaína para África e Europa.

Essa lógica poderia explicar os locais dos mais sangrentos massacres em presídios e nas ruas em 2017: Amazonas, Acre, Ceará e Rio Grande do Norte.

Apesar do aumento geral dos homicídios, o estudo chama atenção para uma tendência de redução das mortes em um grupo cada vez maior de estados. Entre 2012 e 2017, 11 tiveram redução de homicídios.

Como possível explicação, o Atlas cita dois fatores. Primeiro, o Estatuto do Desarmamento, de 2003, “que mesmo tendo sido gradativamente descaracterizado a partir de 2007, por emendas parlamentares, conseguiu frear a escalada armamentista”.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

06 JUN 2019

Segundo, o envelhecimento da população. Os estados que viram a população jovem diminuir são, em geral, os mesmos que tiveram redução nas taxas de homicídio, como São Paulo. Já o Norte e Nordeste mantêm alta a proporção de jovens em suas populações.

“O Brasil está vivendo sua grande transição demográfica rumo ao envelhecimento da população, e o jovem é o futuro da nação”, diz Cerqueira. “Mas ou estamos matando os jovens fisicamente ou estamos relegando seu futuro a restrições econômicas. E as duas coisas andam juntas.”

Estudo de 2013 apontou que as mortes violentas de jovens haviam custado ao país cerca de 1,5% do PIB em 2010, quando foram mortos 28.562 nesta faixa etária. Em 2017, foram 35.783 — aumento de 25%. “É um desperdício o que estamos assistindo”, diz Cerqueira.

Outro grupo vítima de mortes violentas intencionais de desproporcionalmente são os negros, vitimados em 76% dos homicídios de 2017.

O Atlas aponta para um aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal. Entre 2016 e 2017, enquanto a taxa de homicídio de não negros aumentou residuais 0,3%, a taxa entre os negros aumentou 7%.

Ainda que a taxa de homicídio de negros tenha aumentado de maneira escandalosa em estados como o Rio Grande do Norte (333%) e o Acre (277%), é em Alagoas que a disparidade entre vitimização dos dois grupos se mostrou mais evidente — no estado, a taxa de homicídios de negros é mais de 18 vezes maior.

Ao mesmo tempo é o estado mais seguro para não negros, que têm ali índice de 3,7, menor que o mais baixo do país (10,3 em São Paulo). É como se negros vivessem em Honduras e não negros, na Bélgica.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

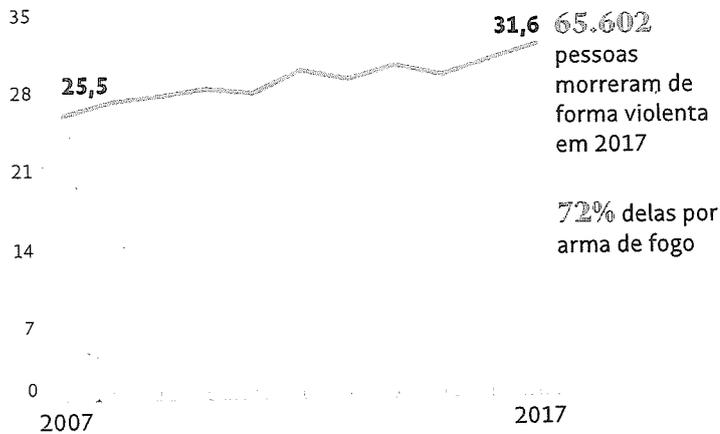
CONTINUAÇÃO

Retrato da violência no Brasil em 2017*

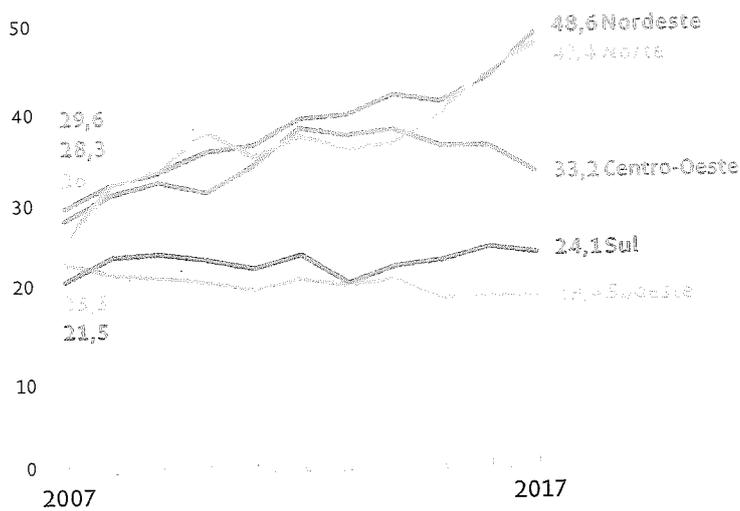
06 JUN 2019

Taxa de homicídios (por 100 mil hab.)

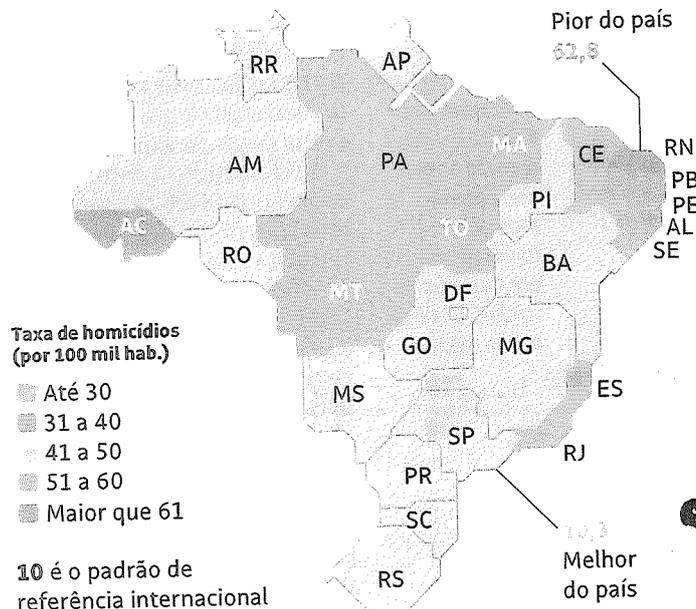
País bateu novo recorde na taxa de homicídios



Norte e Nordeste dispararam, na contramão das outras regiões



Rio Grande do Norte, Acre e Ceará têm as piores taxas



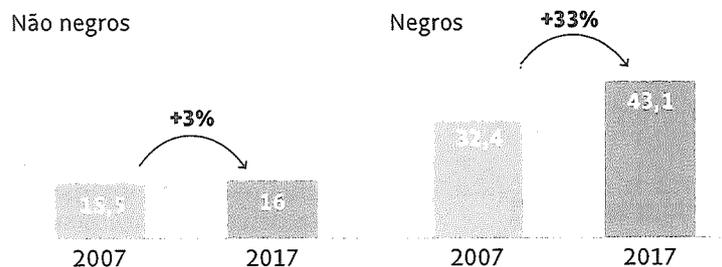
CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

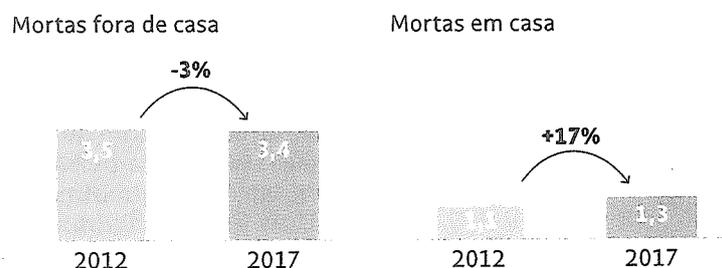
CONTINUAÇÃO

06 JUN 2019

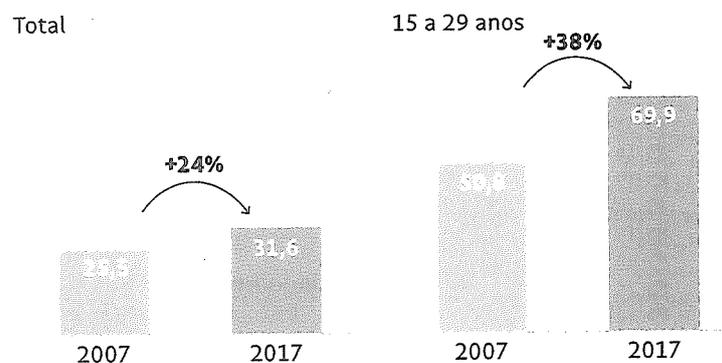
Taxa de negros mortos cresceu dez vezes mais que a de não negros



Aumento da taxa de mulheres mortas em casa indica alta do feminicídio



Taxa de homicídios de jovens é 2,2 vezes maior que a média e tem crescido mais



Mais de 55% dessas vítimas são mulheres



70% dos casos, em média, têm homens como agressores



60% dos agredidos, em média, são solteiros

*Considera como homicídio a morte de uma pessoa causada pela agressão intencional de outra; inclui mortes por agentes públicos em serviço

Fonte: Atlas da Violência 2019, elaborado por Ipea e FBSP, com dados do Ministério da Saúde

Violência brasileira supera a mexicana e empata com a do Iraque

06 JUN 2019

Igor Gielow

A banalidade da morte violenta brasileira, evidenciada pela nova edição do Atlas da Violência, salta ainda mais aos olhos quando se considera que este é um país que não vive conflitos externos ou internos relevantes há décadas.

Uma boa régua de comparação é o México, nação de grande proporção (129 milhões de pessoas) na mesma América Latina (ainda que tecnicamente ele esteja na do Norte). O país vive um contínuo processo de conflito entre cartéis de narcotraficantes e forças do governo há anos.

Resultado: em 2017, teve 29.168 assassinatos, ou 22,5 por 100 mil habitantes, segundo dados da Organização das Nações Unidas e do Banco Mundial. No mesmo ano, o Brasil entregou a taxa astronômica revelada nesta quarta (5), de 31,6 mortes violentas por 100 mil habitantes. Os números mexicanos pioraram em 2018, mas aí não é possível fazer comparações diretas.

Outro país afetado por violência endêmica na região, a vizinha Colômbia, também tem uma taxa altíssima de homicídios. Em 2017, foram 24 por 100 mil habitantes. E o índice tende a declinar com os efeitos do acordo de paz entre governo e a principal força rebelde do país, as Farc, assinado em 2016. Dez anos antes, a taxa era três vezes maior.

Note que os colombianos ainda enfrentam uma guerra interna contra grupos subnacionais, dos quais o Exército de Libertação Nacional se destaca. E ainda assim está mais bem colocado nesse mórbido ranking do que o Brasil.

Extrapolando, é possível ver que o Brasil quase empata com o Iraque, país que passou por uma violenta guerra sectária na esteira da invasão americana de 2003 e que, em 2017, vivia reflexos disso e os efeitos do combate ao grupo terrorista Estado Islâmico. Assim, naquele ano houve uma taxa de 34,4 mortos por 100 mil habitantes no país, marginalmente acima da registrada no Brasil.

Já o Afeganistão, outro país que passou por violentos dez anos após as guerras em reação ao 11 de Setembro de 2001, segue convivendo com a insurreição do Taleban e de outros grupos. Na realidade, a agremiação fundamentalista ganhou tanto território que pode até voltar a partilhar o poder, a depender de negociações intrincadas em curso.

Lá, 2017 teve 9,67 assassinatos por 100 mil habitantes. Taxa "paulista", para ficar na propaganda dos governos tucanos do maior estado brasileiro.

Se quiserem encontrar consolo na hipocrisia, as autoridades brasileiras podem mirar a Síria. Arrasado por uma sangrenta guerra civil que envolveu grupos diversos, de sunitas seculares ao Estado Islâmico, contra o governo central em Damasco, a Síria teve 182,9 mortos por 100 mil habitantes em 2017.

O número já era metade do registrado no pico da guerra, três anos antes, e vem decaindo desde que a intervenção russa em favor da ditadura local aproxima o conflito de um fim.

É um dado de difícil aferição, tomado da fonte mais confiável, a ONG Observatório Sírio dos Direitos Humanos. Seja como for, fornece uma medida comparativa com a guerra diária nas ruas do Brasil, país que teve conflito em suas fronteiras pela última vez nos anos 1860 e que não registra embates internos relevantes desde 1932.

06 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Assassinato de mulheres em casa cresce 17% em 5 anos

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO Cada vez mais, a mulher corre mais risco de morte dentro de casa do que nas ruas. Isso porque a morte violenta intencional de mulheres no ambiente doméstico cresceu 17% em cinco anos, enquanto o assassinato de mulheres nas ruas diminuiu 3% no mesmo período.

O Atlas da Violência 2019 aponta para uma provável escalada do crime de feminicídio entre 2012 e 2017.

“Nesses cinco anos, o homicídio de mulheres cresceu um pouquinho, 1,7%. Mas, quando desagregamos os dados por local da morte, encontramos resultados com direções completamente contrárias”, diz Daniel Cerqueira, coordenador do Atlas.

A Lei do Feminicídio é de 2015. “Questiona-se se esse aumento, que se vê nas manchetes e no debate, reflete um aumento efetivo no número de casos ou, por outro lado, uma diminuição da subnotificação pelo aprendizado das autoridades judiciárias sobre este tipo de crime”, diz.

Se os dados do Ministério da Saúde nos quais o Atlas se baseia não permitem elucidar a tipificação legal ou a motivação do agressor, o recorte do local do crime sugere tratar-se de uma morte violenta por um conhecido da vítima.

“Ainda que não haja uma correspondência exata entre feminicídio e morte em casa, este local da morte é um indicativo de feminicídio se considerarmos a premissa básica de que a casa é o lugar mais perigoso para as mulheres, que morrem mais nas mãos dos parceiros afetivos do que de quaisquer outras pessoas”, explica a socióloga Wânia Pasinato, especialista em violência de gênero contra as mulheres.

Segundo ela, o aumento da taxa de mortes de mulheres em casa por arma de fogo (30% em dez anos) em relação ao dado global de mulheres (21% no mesmo período) evidencia a consequência do desmonte das políticas públicas para mulheres a partir de 2015.

Entre 2014 e 2016, a dotação orçamentária da Política para as Mulheres teve redução de 40%, segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). Em 2017, a nova redução foi de 52%. “Hoje, a situação é tão grave que não conseguimos saber quantos equipamentos estão funcionando no país”, diz Pasinato.

Além das negras, outro grupo que teve aumento nas notificações de agressões foi o da população LGBTI+, que, segundo o Atlas, sofre um processo de invisibilidade, uma vez que o registro policial ou de óbito não descreve orientação sexual ou de gênero.

O Atlas baseou seu estudo em duas fontes: nos registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, e nas denúncias registradas no Disque 100, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A primeira aponta que houve aumento de 10% nas notificações de violência contra gays e de 35% contra bissexuais de 2015 para 2016, chegando a 5.930 casos naquele ano.

Mais da metade das vítimas é mulher e 70% dos agressores, homens. O número inclui agressões físicas, psicológicas, sexuais, tortura, entre outras.

Já os dados do Disque 100 mostram um aumento de 127% nos homicídios contra gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros entre 2016 e 2017. Essas mortes pularam de 85 para 193 no período.

“Ainda que os dados sejam frágeis, eles são um sinal dos tempos”, diz Daniel Cerqueira, do Ipea. “Tanto a morte de mulheres em casa como a de pessoas LGBTI+ apontam para o crescimento de alguns tipos de crimes de ódio, que não são ligados a questões econômicas, mas a valores. Ainda não temos condições de avaliar por que isso está acontecendo nos últimos anos.”

FOLHA DE S. PAULO

BRUNO BOGHOSIAN

O mapa da morte

06 JUN 2019

BRASÍLIA O recorde de mortes violentas registrado no Brasil é mais uma prova de que não há soluções simples para problemas complexos. O aumento do assassinato de mulheres em casa e a disparada dos homicídios no Norte e no Nordeste são sinais de que o país precisa retrair seu mapa de políticas públicas.

A última edição do Atlas da Violência sugere que o endurecimento de leis é insuficiente para conter a alta desses crimes. O estudo aponta também que o aumento de circulação de armas de fogo poderia impulsionar ainda mais a barbárie.

Segundo o levantamento do Ipea e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o número de assassinatos no país chegou a 65 mil em 2017. A taxa de homicídios cresceu 24% em uma década. A matança foi puxada pelas regiões Norte e Nordeste, onde o índice saltou 68%.

Os pesquisadores atribuem os números ao aumento da renda nesses estados —o que estimula o mercado ilegal da droga— e à guerra entre facções criminosas. Grupos que agiam no Sudeste expandiram suas atividades pelo Brasil e entraram em conflito com quadrilhas locais.

Nenhum governante pode se dizer surpreso. O descontrole sobre o tráfico é tratado como parte da rotina dos estados e continua sem resposta.

Os coordenadores do estudo apontam que a maioria dos homicídios jamais é elucidada e fica, portanto, sem punição. Enquanto isso, medidas como o aumento de penas para o narcotráfico, inserido na lei em 2006, não tiveram efeitos visíveis.

Cresceu também o número de assassinatos de mulheres. Foram 1.407 homicídios dentro de casa, um aumento de 38% em dez anos. A pesquisa aponta ainda uma alta das mortes por arma de fogo nesses casos.

Na apresentação dos dados, o presidente do Ipea quis fazer um “reparo” ao estudo. “Como cidadão, me incomoda a impossibilidade de o cidadão de bem ter uma forma de defender a integridade física, de sua propriedade e da sua família”, disse Carlos von Doellinger. Seria melhor que ele olhasse os números com atenção.

06 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

PRESSÃO
MÁXIMA

Apoiadores da candidatura de Raquel Dodge para seguir no comando da PGR (Procuradoria-Geral da República) tentam convencer o governo de Jair Bolsonaro a indicar o nome dela antes mesmo da eleição da lista tríplice dos integrantes do órgão. O pleito está marcado para o dia 18.

DEVEZ A movimentação está deixando candidatos inquietos. Além de descartá-los antes da escolha da classe, Bolsonaro, se aceitar a ideia, desmoralizará de vez a lista tríplice.

VAI LOGO O argumento dos apoiadores de Dodge é o de que, se Bolsonaro vai mesmo indicá-la, é melhor fazer isso logo —evitando a pressão por outros candidatos que fatalmente ocorrerá depois da eleição.

SERÁ? Bolsonaro rejeitava Dodge. Agora, afirma que não há mais veto. Mas não dá aos interlocutores a segurança de que será ela a indicada.

LEQUE Dodge reúne hoje apoiadores importantes como os de Dias Toffoli, do STF, Ronaldo Caiado, governador de Goiás, e Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara. O governador de SP, João Dória, a recebeu para um jantar recentemente.

CANELA Lula já afirmou a seus advogados que não aceitará usar tornozeleira —como é comum em presos que passam para o regime semiaberto. Diz que não é pombo-correio.

SILÊNCIO A passagem de Lula para o semiaberto, porém, ainda não é vista como uma certeza. O STJ (Superior Tribunal de Justiça) pode decidir; por exemplo, nada decidir —mesmo com o parecer favorável do MPF (Ministério Público Federal) divulgado na terça (4).

OSSO DURO Neste caso, o tribunal passaria a análise do pleito para a juíza Carolina Lebbo, da execução penal em Curitiba. Ela tem recusado pedidos feitos por Lula.

BÚSSOLA Caso o STJ conceda o semiaberto, começa o segundo capítulo: o de decidir onde o petista seguirá cumprindo a pena. A Justiça pode determinar que ele fique em Curitiba.

PAINEL

NOVA CARGA A CPI do BNDES vai recorrer da decisão de Cármen Lúcia, do STF, de vetar o acesso ao celular de Francisco Assis, ex-diretor jurídico da JBS. A ministra entendeu que o sigilo advogado/cliente garante a preservação dos dados.

NOVA CARGA 2 Deputados argumentam que Assis não atuava como defensor dos Batis-tas, tanto que firmou ele próprio uma delação.

Julgamento sobre vendas de estatais tem empate parcial

BRASÍLIA | REUTERS Com um placar de 2 a 2, o STF (Supremo Tribunal Federal) retomará nesta quinta-feira (6) a sessão suspensa nesta quarta (5) sobre a exigência ou não de aval do Congresso e de realização de licitação pública nas operações de alienação do controle acionário de estatais.

Decisão do plenário do Supremo terá repercussão sobre liminar, dada pelo ministro Edson Fachin, que suspendeu duas semanas atrás a venda já efetivada da TAG (Transportadora Associada de Gás), da Petrobras, por US\$ 8,6 bilhões, a um consórcio integrado pela francesa Engie.

Ricardo Lewandowski e Fachin votaram a favor das exigências para vendas de ativos. Alexandre de Moraes e Roberto Barroso, contra.

06 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Famílias de vítimas do massacre de Suzano são indenizadas

Dhiego Maia

SÃO PAULO Todas as 18 famílias das vítimas do massacre ocorrido na Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano (Grande SP), fizeram acordo com o governo paulista e serão indenizadas com recursos provenientes do estado.

No dia 13 de março, o ex-aluno Guilherme Tauci Monteiro, 17, e o seu comparsa, Luiz Henrique de Castro, 25, mataram a tiros 5 alunos e 2 funcionárias e feriram outros 11 estudantes. O crime ocorre em meio ao debate sobre posse de armas e chama a atenção por ter sido cometido em dupla e longamente planejado.

As famílias das vítimas tinham até esta quarta-feira (5) para decidir se aceitariam a proposta de reparação feita pela gestão Doria (PSDB).

A data foi aproveitada pelo governo paulista para a divulgação à imprensa dos trabalhos feitos pela força-tarefa composta por representantes da Defensoria Pública, Procuradoria-Geral do Estado e das secretarias de Segurança, Educação e Desenvolvimento Social, órgãos responsáveis pelos acordos junto às famílias.

Como optaram pelo caminho administrativo, as famílias não poderão entrar no futuro com ações na Justiça pleiteando valores maiores ou melhores condições.

Os familiares das vítimas foram indenizados por danos materiais e morais.

O estado é obrigado a reparar financeiramente as vítimas porque o atentado ocorreu dentro das dependências da escola que pertence à rede pública de ensino paulista.

As indenizações foram individualizadas, e os valores não foram divulgados por questão de sigilo.

De acordo com o gestão Doria, a maioria dos pagamentos aos familiares foi concluída até esta quarta-feira.

Um dia depois do massacre, o governador João Doria chegou a anunciar o pagamento de R\$ 100 mil para cada família afetada. O valor foi criticado e considerado muito baixo por especialistas ouvidos pela Folha na ocasião.

De acordo com a Defensoria Pública de São Paulo, 45 pessoas foram beneficiadas pela indenização concedida pelo governo.

Desses 45 beneficiados pela indenização, 32 pessoas estão ligadas diretamente às pessoas que morreram.

Os 11 adolescentes e os pais de 2 deles que perderam o emprego devido ao episódio violento também ganharam direito à indenização paga pelo estado de São Paulo.

Juliana Belloque, primeira subdefensora pública-geral de São Paulo, que integrou a comissão executiva de indenização do governo, explicou que o benefício é um “mecanismo que busca ajudar o familiar que perdeu um ente querido a superar a dor e a seguir a vida. O valor de uma vida em si não pode ser medido”, afirma.

“Os valores seguiram os padrões estabelecidos nas decisões do STJ [Superior Tribunal de Justiça], o responsável por unificar a jurisprudência em ações de danos morais e patrimoniais”, completou Belloque.

Não serão indenizados os familiares dos atiradores e nem os de Jorge Antonio Moraes, 51, empresário assassinado pelo seu sobrinho, Guilherme Tauci, no mesmo dia do ataque à escola.

Além das indenizações, a comissão do governo do estado propôs encaminhar às autoridades um relatório sobre os atendimentos que foram prestados aos familiares das vítimas dos dois assassinos.

O documento servirá para a elaboração de um plano específico de assistência psicológica aos atingidos no episódio violento, conta a defensora pública Ana Carolina Schwan, que visitou todas as famílias das pessoas que morreram no massacre.

“Também sugerimos que o poder executivo precisa elaborar um protocolo de crise para atendimentos de eventos traumáticos dessa natureza”, disse.

06 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Lava Jato denuncia Richa por corrupção de R\$ 7,5 mi em licitação da PR-323

**Pepe Richa, Abi Antoun,
Ezequias Moreira e outros
três aliados do ex-governador
também estão incluídos
na ação movida pelo MPF**

Julia Affonso
Agência Estado

São Paulo - O Ministério Público Federal no Paraná denunciou nessa quarta-feira (5) o ex-governador Beto Richa (PSDB), seu irmão, José Richa Filho, "Pepe Richa", seu primo, Luiz Abi Antoun, e seus aliados Ezequias Moreira, Dirceu Pupo Moreira, Rafael Gluck e José Maria Ribas Mueller por corrupção de cerca de R\$ 7,5 milhões.

A força-tarefa da Operação Lava Jato afirma que, ao longo de 2014, "os acusados cometeram crimes de corrupção ativa e passiva, fraude licitatória e lavagem de dinheiro, relacionadas à licitação para Parceria Público Privada para exploração e duplicação da PR-323, que liga Maringá a Francisco Alves, no noroeste do Paraná". As informações foram divulgadas pela Procuradoria.

De acordo com a denúncia, Richa, Ezequias e "Pepe", em conluio com Rafael Gluck e José Maria Ribas Mueller, fraudaram a licitação em favor do Consórcio Rota das Fronteiras, composto, entre outras, pela empresa Tucumann Engenharia e pela Odebrecht. Em menos de um ano, entre 2018 e 2019, o tucano foi preso três vezes, alvo da Procuradoria da República e do Ministério Público do Estado do Paraná.

Em março passado, Richa foi detido preventivamente, sob suspeita de obstrução de Justiça, corrupção, fraude à licitação e organização criminosa - na ocasião, ele foi capturado na fase 4 da Operação Quadro Negro, por supostos desvios de R\$ 22 milhões de escolas. O ex-governador havia sido capturado também na Operação Radiopatrulha e,

ainda, pelos agentes da Operação Integração, desdobramento da Lava Jato na Justiça Federal. Em todas as vezes ele acabou beneficiado por decisões judiciais e ganhou liberdade.

CONTINUA

CONTATOS

A investigação que dá base à nova denúncia contra o ex-governador identificou um contato entre executivos ligados às empresas do consórcio e os agentes públicos antes da publicação das diretrizes para a licitação ganha posteriormente pelo grupo. A Lava Jato afirma que “os agentes públicos atuaram para o afastamento de outros potenciais concorrentes e descumpriram formalidades legais”. De acordo com o Ministério Público Federal, “para garantir o favorecimento do consórcio, o grupo criminoso integrado pelo ex-governador recebeu vantagens indevidas de cerca de R\$ 7,5 milhões”.

“Para garantir que o Consórcio Rota das Fronteiras vencesse a licitação para a exploração e duplicação da PR-323, executivos da Odebrecht ofereceram pelo menos R\$ 4 milhões a Denilson Roldo, no interesse de Beto Richa, Pepe Richa e Ezequias Moreira e, para viabilizar o recebimento dissimulado de valores, Dirceu Pupo Moreira e Luiz Abi Antoun atuaram como intermediários”, afirma a nota. “Dentro deste valor prometido pelos empresários, perícias dos sistemas Drousys e MyWebDay, da Odebrecht, revelaram no intervalo de dois meses ao longo de 2014, pagamentos superiores a R\$ 3,5 milhões para o codinome “Piloto”, utilizado para identificar o ex-governador.”

A Lava Jato apontou que também houve recebimento de outra vantagem indevida, de R\$ 3,4 milhões. O valor foi repassado, segundo a Procuradoria, a Beto Richa, por meio de cotas de um imóvel em valor subfaturado por parte de

Rafael Gluck e de José Maria Ribas Mueller, executivos da Tucumann Engenharia, empresa que fazia parte do consórcio e que foi beneficiada pelo esquema criminoso.” Este valor foi dissimulado pela participação da Ocaporã como intermediária, empresa formalmente gerida por Dirceu Pupo Ferreira, mas ligada por intrincadas relações societárias a Beto Richa e seus familiares”, informa o Ministério Público Federal.

A Procuradoria afirma que a análise das operações financeiras e das informações contábeis da Ocaporã apontou que Rafael Gluck e José Maria Ribas, após seis anos de investimento, venderam um empreendimento imobiliário concluído à empresa de familiares de Beto Richa por valor inferior ao investido. A estimativa feita pelo setor técnico da Procuradoria-Geral da República é de que a venda formal se deu em um valor 44% inferior ao preço de mercado. Pelos recebimentos em espécie e pelas outras dissimulações adotadas para o pagamento das vantagens, a denúncia também apontou o cometimento de crimes de lavagem de dinheiro.

DEFESAS

Em nota, a defesa de Beto Richa “reafirma que seu cliente não cometeu nenhuma irregularidade, e que sempre esteve à disposição para prestar esclarecimentos. Reiterando assim, a inocência do ex-governador e a confiança no Poder Judiciário”.

O advogado Marlus Arns de Oliveira, que atua na defesa de Ezequias Moreira, informou que se manifestará nos autos. A reportagem busca contato com todos os outros denunciados pelo Ministério Público Federal no Paraná. O espaço está aberto para as manifestações de defesa.

06 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Folclore

A provocação de Jair Bolsonaro sobre a falta de um ministro evangélico levou a maioria do STF declarar-se católica (Edson Fachin, Carmen Lúcia, Gilmar Mendes entre eles), judeus como Luis Fux e Luis Roberto Barroso e a argumentar que o confessionalismo numa república laica é absolutamente irrelevante. Aqui no Paraná já tivemos um juiz da capital que tinha um templo de plástico no Alto da Rua XV, um presidente evangélico, Henrique Lenz Cesar, um espírita, na figura do desembargador James Portugal, maçons e até um escoteiro, Luis Silva Albuquerque. Houve um tempo em que a maçonaria estava representada no Tribunal de Justiça. E em 1964 acabaram, como se deu em todo o Brasil, descobrindo comunistas ou simpatizantes.

06 JUN 2019

TRIBUNA DO PARANÁ

TREZE POR DIA

Assassinato de mulheres no Brasil atingiu a marca de 4,9 mil em 2017, maior número registrado desde 2007

O Brasil registrou em 2017 o assassinato de 4,9 mil mulheres, segundo o Atlas da Violência divulgado ontem. Esse é o maior número registrado desde 2007 e mostra que cerca de 13 mulheres foram assassinadas por dia ao longo do ano em todo o país. O número representa um aumento de 30,7% nos últimos 10 anos e de 6,3% em relação a 2016. O estudo mostra ainda que 28,5% das vítimas foram mortas em casa e 52% por armas de fogo.

Os dados foram compilados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base nos dados oficiais do Sistema de Informações Sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde.

O Atlas da Violência mostra também que as mulheres negras são as que mais morrem no Brasil. Em 2017, 66% de todas as mulheres vítimas de assassinatos eram negras.

O homicídio de mulheres negras também foi o que mais cresceu. Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 1,6% na última década, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9% no mesmo período. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento

é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%.

Considerando apenas os dados de 2017, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres. Entre as negras, a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil pessoas.

Homicídio ou feminicídio?

Como os dados sobre homicídios que constam no Atlas da Violência são obtidos através do Ministério da Saúde, há uma dificuldade em distinguir o que é homicídio de mulheres de feminicídio, já que o sistema de saúde não classifica as mortes por tipo penal.

O feminicídio é caracterizado pelo assassinato em razão do gênero, ou seja, quando mulheres são mortas pelo fato de serem mulheres.

Número de mulheres negras mortas é ainda mais impressionante e preocupante.

Apesar de o Ministério da Saúde não fazer essa classificação, outros dados coletados no banco de dados podem dar pistas nesse sentido. Segundo estudos internacionais, a significativa maioria das mortes violentas intencionais que ocorrem dentro das residências são

perpetradas por conhecidos ou íntimos das vítimas. Portanto, a taxa de incidentes letais intencionais contra mulheres que ocorrem dentro das residências é um dos critérios usados pelo Atlas da Violência para medir o feminicídio.

Outra pista para caracterizar o aumento nos casos de feminicídio é a diferença entre as taxas, levando em consideração o local onde as mulheres são mortas. Entre 2012 e 2017, por exemplo, houve um aumento de 1,7% na taxa de homicídios de mulheres no Brasil. Quando esses dados são analisados levando em conta o local do assassinato, porém, os números indicam que houve aumento de 17,1% na taxa de homicídios de mulheres dentro de casa, enquanto a taxa de assassinatos fora da residência diminuiu 3,3% no mesmo período.

CONTINUA

TRIBUNADO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

06 JUN 2019

“Possivelmente, a redução de homicídios de mulheres fora da residência esteja refletindo a diminuição gradativa da violência geral que tem se expandido cada vez mais para um maior número de unidades federativas. Por outro lado, o crescimento dos casos que ocorrem dentro das residências deve ser reflexo do aumento de casos de feminicídios, efetivamente”, apontam os pesquisadores.

Situação por estado

Segundo o estudo, mulheres estão morrendo mais nos últimos 10 anos nos estados do Rio Grande do Norte (que registrou aumento de 214% na taxa de homicídios de mulheres no período), Ceará (aumento de 177%) e Sergipe (107%).

Já no ano de 2017, o estado de Roraima respondeu pela maior taxa, com 10,6 mulheres vítimas de homicídio por grupo de 100 mil mulheres, índice mais de duas vezes superior à média nacional (4,7). A lista de estados onde houve mais violência letal contra as mulheres é seguida por Acre, com taxa de 8,3 para cada 100 mil mulheres; Rio Grande do Norte, também com taxa de 8,3; Ceará, com taxa de 8,1; Goiás, com taxa de 7,6; Pará e Espírito Santo, com taxas de 7,5.

No mesmo ano, o estado de São Paulo respondeu pela menor taxa de homicídios femininos: 2,2 por 100 mil mulheres. Depois, vêm o Distrito Federal (2,9), Santa Catarina (3,1), Piauí (3,2), Maranhão (3,6) e Minas Gerais (3,7).

METRO 06 JUN 2019

Lava Jato denuncia Richa por corrupção

Propina. Grupo do ex-governador teria recebido R\$ 7,5 milhões em vantagens indevidas em obra de duplicação da PR-323

A força-tarefa Lava Jato no MPF (Ministério Público Federal) denunciou ontem à Justiça o ex-governador Beto Richa e mais seis pessoas por corrupção ativa e passiva, fraude em licitação e lavagem de dinheiro. Os crimes teriam sido cometidos em 2014, na licitação para a duplicação da PR-323, entre Maringá e Francisco Alves, no noroeste do Paraná. Segundo o MPF, o grupo ligado a Richa recebeu vantagens indevidas no valor de R\$ 7,5 milhões.

Também foram denunciados o irmão de Richa, José Richa Filho, o Pepe, ex-secretário de Infraestrutura e Logística; Ezequias Moreira, ex-secretário de Cerimonial; Dirceu Pupo Moreira, contador de Richa; Luiz Abi Antoun, primo do ex-go-

vernador, e dois executivos da empresa Tucumann, Rafael Gluck e José Maria Ribas Mueller, que em depoimentos negaram irregularidades.

Segundo a denúncia, Beto, Pepe Richa e Ezequias Moreira atuaram para beneficiar na licitação o Consórcio Rota das Fronteiras, composto pela Tucumann e pela Odebrecht. O grupo teria atuado para afastar possíveis concorrentes do consórcio, com a ajuda do então chefe de gabinete de Richa, Deonilson Roldo.

Roldo chegou a ser preso, em 11 de setembro do ano passado, e foi solto em janeiro. Em uma conversa gravada pelo representante de uma empreiteira, ele insinuou que o governo tinha um "compromisso" com a Odebrecht.

Também em 11 de setembro, Beto Richa foi preso em outra operação, do Ministério Público do Paraná, que investiga supostas irregularidades no programa Patrulha Rural.

Em nota, Beto e Pepe Richa afirmaram que são inocentes, não cometeram nenhuma irregularidade e sempre estiveram à disposição para prestar esclarecimentos. O advogado de Ezequias Moreira, Marlus Arns, informou que seu cliente se manifestará somente nos autos do processo.

O Metro Jornal entrou em contato com as defesas de Luiz Abi Antoun e Dirceu Pupo Moreira, mas não houve retorno até o fechamento desta edição. Não foi possível localizar os defensores de Rafael Gluck e José Maria Ribas Mueller. **METRO CURITIBA**

06 JUN 2019

METRO

Dois a dois. STF retoma hoje julgamento de privatizações

O STF (Supremo Tribunal Federal) retoma hoje o julgamento sobre a exigência ou não de aval do Congresso e de realização de licitação pública nas operações de alienação do controle acionário de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas.

A sessão de ontem foi suspensa após um empate em dois a dois no placar: os ministros Ricardo Lewandowski e Edson Fachin são a favor dessas duas exigências; e Alexandre de Moraes e Roberto Barroso, contrários. Faltam os votos de sete ministros.

Uma decisão do Supremo sobre esse assunto terá repercussão em outra liminar, dada por Fachin e que suspendeu duas semanas atrás a venda já efetivada da TAG (Transportadora Associada de Gás), da Petrobras, por US\$ 8,6 bilhões, a um consórcio integrado pela elétrica francesa Engie. 

BEMPARANÁ 06 JUN 2019

#OPERAÇÃO PILOTO

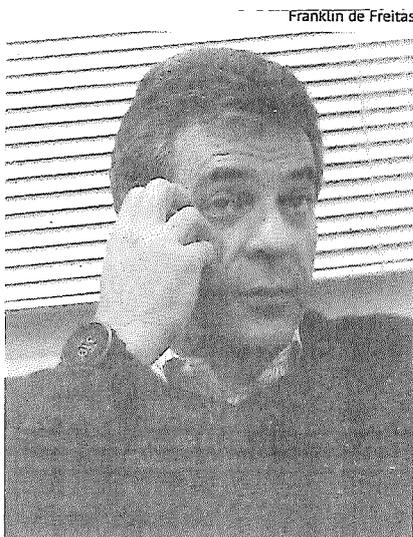
Lava Jato denuncia Beto Richa por propina de R\$ 7,5 mi

Ex-governador é acusado de favorecer Odebrecht em licitação de obra de rodovia

A força-tarefa Lava Jato do Ministério Público Federal (MPF) no Paraná denunciou ontem o ex-governador Beto Richa (PSDB), seu irmão, José Richa Filho, "Pepe Richa", seu primo, Luiz Abi Antoun, e mais quatro pessoas por corrupção, fraude e lavagem de dinheiro, no âmbito da Operação Piloto, que investiga um esquema de pagamento de propina pela Odebrecht em troca do favorecimento em uma licitação para exploração e duplicação da rodovia PR-323, que liga Maringá a Francisco Alves (região Noroeste). O tucano é acusado de receber propina de R\$ 7,5 milhões da empreiteira para fraudar a licitação em favor do Consórcio Rota das Fronteiras, composto, entre outras, pela empresa Tucumann Engenharia e pela Odebrecht em 2014.

A investigação que dá base à nova denúncia contra o ex-governador identificou um contato entre executivos ligados às empresas do consórcio e os agentes públicos antes da publicação das diretrizes para a licitação ganha posteriormente pelo grupo A. Lava Jato afirma que "os agentes públicos atuaram para o afastamento de outros potenciais concorrentes e descumpriram formalidades legais".

A acusação tem como base a gra-



Richa: imóvel subfaturado

vação de uma conversa em que o ex-chefe de gabinete de Richa, Deonilson Roldo, pede ao executivo de outra empresa para que não entrasse na disputa pela obra, porque o governo já teria um "compromisso" com o consórcio liderado pela Odebrecht. "Para garantir que o Consórcio Rota das Fronteiras venesse a licitação para a exploração e duplicação da PR-323, executivos da Odebrecht ofereceram pelo menos R\$ 4 milhões a Denilson Roldo, no interesse de Beto Richa, Pepe Richa e Ezequias Moreira e, para viabilizar o recebimento dissimulado de

valores, Dirceu Pupo Moreira e Luiz Abi Antoun atuaram como intermediários", afirma o MPF.

Codinome - "Dentro deste valor prometido pelos empresários, perícias dos sistemas Drousys e MyWebDay, da Odebrecht, revelaram no intervalo de dois meses ao longo de 2014, pagamentos superiores a R\$ 3,5 milhões para o codinome "Piloto", utilizado para identificar o ex-governador", aponta a denúncia.

A Lava Jato apontou que também houve recebimento de outra vantagem indevida, de R\$ 3,4 milhões. O valor foi repassado, segundo a Procuradoria, a Beto Richa, por meio de cotas de um imóvel em valor subfaturado por parte de Rafael Gluck e de José Maria Ribas Mueller, executivos da Tucumann Engenharia, empresa que fazia parte do consórcio e que foi beneficiada pelo esquema criminoso. "Este valor foi dissimulado pela participação da Ocaporã como intermediária, empresa formalmente gerida por Dirceu Pupo Ferreira, mas ligada por intrincadas relações societárias a Beto Richa e seus familiares", informa o Ministério Público Federal.

Em nota, a defesa de Beto Richa "reafirma que seu cliente não cometeu nenhuma irregularidade, e que sempre esteve à disposição para prestar esclarecimentos".

06 JUN 2019

BEMPARANÁ

Prisão

A Justiça decretou a prisão preventiva do vereador de Boa Esperança do Iguçu (Sudoeste), Valdir Cândido da Silva (PDT), e do contador da Câmara Municipal da cidade, Eleandro Bianchini. Os dois já estavam presos temporariamente desde o final de maio. O MP acusa ambos de concussão, corrupção e falsidade ideológica. Segundo a denúncia, durante o período em que o vereador denunciado foi presidente da Câmara entre 2017 e 2018, ele exigiram de duas empresas, após a assinatura de contrato administrativo com o Legislativo, o pagamento de parte dos valores a que elas teriam direito, sob ameaça de rescisão contratual e declaração de inidoneidade caso a imposição não fosse atendida.

Vantagem

Segundo o MP, em ambos os casos, as empresas efetuaram os pagamentos. Foi apurado ainda na investigação que, após o controlador interno da Câmara ter apontado a ocorrência de diversas irregularidades durante a presidência do vereador, houve o oferecimento de vantagem indevida para que o controlador alterasse o parecer, a fim de beneficiar o vereador em procedimento de prestação de contas que tramita no Tribunal de Contas do Estado.

Expediente

A Justiça condenou o ex-presidente (2015-2016) da Câmara de Campo Largo (região Metropolitana de Curitiba) e um assessor direto dele por atos de improbidade administrativa. O servidor, que é advogado, não cumpria o horário de trabalho, atendendo interesses particulares seus e de sua clientela durante o horário de expediente, segundo o MP. O ex-presidente do Legislativo foi condenado às seguintes sanções: ressarcimento dos prejuízos aos cofres públicos no valor de R\$ 61.752,47, e pagamento de multa no mesmo montante.

BEMPARANÁ

#MAPA DA VIOLÊNCIA

Homicídio de mulheres cresce acima da média nacional, mostra pesquisa.

06 JUN 2019

A edição do Atlas da Violência deste ano mostra que a taxa de homicídio de mulheres cresceu acima da média nacional em 2017. O estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública revela que, enquanto a taxa geral de homicídios no país aumentou 4,2% na comparação 2017-2016, a taxa que conta apenas as mortes de mulheres cresceu 5,4%.

Apesar disso, o indicador continua bem abaixo do índice geral (31,6 casos a cada 100 mil habitantes), com 4,7 casos de mortes de mulheres para cada grupo de 100 mil habitantes. Ainda assim, é a maior taxa desde 2007.

Em 28,5% dos homicídios de mulheres, as mortes foram dentro de casa, o que o Ipea relaciona a possíveis casos de feminicídio e violência doméstica. Entre 2012 e 2017, o instituto aponta que a taxa de homicídios de mulheres fora da residência caiu 3,3%, enquanto a dos crimes cometidos dentro das residências aumentou 17,1%. Já entre 2007 e 2017, destaca-se ainda a taxa de homicídios de mulheres por arma de fogo dentro das residências que aumentou em 29,8%.

O Ipea mostra ainda que a taxa de homicídios de mulheres negras é maior e cresce mais que a das mulheres não negras. Entre 2007 e 2017, a taxa para as negras cresceu 29,9%, enquanto a das não negras aumentou 1,6%. Com essa variação, a taxa de homicídios de mulheres negras chegou a 5,6 para cada 100 mil, enquanto a de mulheres não negras terminou 2017 em 3,2 por 100 mil.

“A gente tem o crescimento da violência contra a mulher e todas estão sendo atingidas, mas as mulheres negras estão sendo atingidas com uma força muito maior”, disse Samira Bueno, diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

06 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Beto Richa é denunciado por fraude em edital de rodovia

Acusação do Ministério Público Federal afirma que ex-governador do Paraná recebeu propina para favorecer consórcio

Julia Affonso

O Ministério Público Federal no Paraná denunciou ontem o ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB) e mais seis pessoas por corrupção, lavagem de dinheiro e fraude em licitação da rodovia PR-323. A força-tarefa da Lava Jato afirma que, em 2014, os acusados cometeram ilícitos relacionados a uma Parceria Público-Privada para exploração e duplicação da PR-323. De acordo com a denúncia, houve fraude em favor de consórcio integrado, entre outras empresas, pela Odebrecht.

Em menos de um ano, entre 2018 e 2019, Richa foi preso – e solto – três vezes, alvo de investigações diferentes, e virou réu em ações penais. Em abril, o ex-governador do Paraná deixou a cadeia pela terceira vez.

Segundo a investigação que baseou a denúncia apresentada ontem, executivos das empresas do consórcio e agentes públicos mantiveram contatos antes da publicação das diretrizes para a licitação. “Os agentes públicos atuaram para o afastamento de potenciais concorrentes e descumpriram formalidades legais. Para garantir o favorecimento do consórcio, o grupo criminoso integrado pelo ex-governador recebeu vantagens indevidas de R\$ 7,5 milhões”, disse a Procuradoria.

A denúncia menciona perícias nos sistemas Drousys e MyWebDay, da Odebrecht, que, segundo o Ministério Público, “revelaram ao longo de 2014 pagamentos ao codinome ‘Piloto’, utilizado para identificar o ex-governador”.

A força-tarefa relatou ainda que parte do valor destinado a Richa foi repassada por meio de cotas de um imóvel em valor subfaturado. “Esse valor foi dissimulado pela participação da Ocaporã como intermediária, empresa ligada por intrincadas relações societárias a Beto Richa e seus familiares.”

‘Inocência’. A defesa de Richa afirmou que o ex-governador “não cometeu nenhuma irregularidade e sempre esteve à disposição para prestar esclarecimentos, reiterando sua inocência”. A Odebrecht disse que colabora com as investigações.

06 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

STF define hoje se Congresso tem de dar aval à venda de estatais

Por enquanto, placar está empatado em 2 a 2, mas ainda faltam os votos de 11 ministros do Supremo

Amanda Pupo
Rafael Moraes Moura
BRASÍLIA

Após quatro votos e um empate no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), os ministros irão retomar hoje o julgamento que decidirá sobre a necessidade de aval do Congresso para a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias sempre que se trate de alienar o controle acionário. Sete ministros ainda precisam votar.

O plenário discute se mantém ou derruba uma liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski em junho do ano passado, que condicionou essas vendas a aprovação de lei pelo Congresso, assim como exigiu que haja um processo licitatório nessas situações. Dados da equipe econômica indicam que a privatização de empresas estatais poderia gerar mais de R\$80 bilhões. Nas últimas semanas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o advogado-geral da União, André Mendonça, conversaram com ministros do STF para alertar sobre a importância do tema para o governo.

Primeiro a votar, Lewandowski se posicionou para manter sua liminar, no que foi acompanhado pelo ministro Edson Fachin. Quem abriu a divergência foi o ministro Alexandre de Moraes, para quem, em caso de venda ou perda de controle acionário de subsidiárias, sejam elas de empresas públicas ou de sociedade de economia mista,

não há necessidade de autorização prévia do legislativo. O ministro também entende que nesses casos é autorizado dispensar a licitação. Ele ressaltou, no entanto, que a venda de uma estatal, ou seja, a “empresa-mãe”, exige a autorização do Congresso.

Quarto a votar, o ministro Luís Roberto Barroso também se posicionou para derrubar a liminar de Lewandowski. Em seu voto, o ministro defende que a alienação do controle acionário de subsidiárias não precisa de autorização, e que a licitação pode ser dispensada quando há um procedimento que propicie um cenário de competitividade.

Barroso usou como exemplo o processo de venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) pela Petrobrás, que seguiu regras estipuladas pelo Tribunal de Contas da União. Na visão de Barroso e de Moraes, esse processo já basta para a venda das subsidiárias. Apesar de os dois ministros terem citado o caso da TAG, o plenário ainda não está discutindo a venda desta empresa especificamente. Primeiramente, o STF irá definir sua posição de forma genérica, por meio das ações em que Lewandowski é relator; depois, será o momento de analisar a ação relativa a TAG.

Tamanho. Em seu voto, Barroso defendeu que a redução do Estado, feita através dos processos de desinvestimento que as estatais tentam fazer, não afronta a Constituição, pelo contrário. Para o ministro, essa é uma forma de o poder público ajustar seu tamanho ao que prevê o texto constitucional. Barroso ainda afirmou ser necessário que a Corte “raramente” interfira em questões econômicas decididas por gestores públicos.

o papel do Estado

“Eu acho que no fundo nós estamos travando um debate político disfarçado de discussão jurídica. Que é a definição de qual deve ser o papel do Estado e quem deve deliberar sobre este papel no Brasil.”

Luís Roberto Barroso
MINISTRO DO STF

06 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Três em cada quatro vítimas de homicídio no País são negras

Marco Antônio Carvalho

O *Atlas da Violência*, estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostra em sua mais nova edição que 75,5% das vítimas de homicídio no País – três em cada quatro – são negras, maior proporção da última década. O crescimento nos registros de assassinatos no Brasil, que alcançou patamar recorde em 2017, atinge principalmente essa parcela da população, para quem a taxa de mortes chega a 43,1 por 100 mil habitantes – para não negros, é de 16 por 100 mil.

Os dados foram divulgados ontem e têm como base registros do Ministério da Saúde de 2017, ano em que aconteceram 65,6 mil homicídios, o equivalente a 179 casos por dia. Com o *Atlas*, agora é possível entender os números de forma mais aprofundada, com informações das vítimas como cor, idade e escolaridade.

Apesar de as vítimas negras corriqueiramente serem maioria nos registros; o dado de 2017 mostra que essa prevalência tem crescido. Em 2007, por exemplo, os negros eram 63,3% dos assassinados, proporção que aumentou continuamente até atingir os 75,5% em 2017.

O estudo usa a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para definir pessoas negras como as que se classificam como pretas ou pardas. Os não negros são brancos, amarelos e indígenas. O documento mostra que no período de uma década (2007 a 2017) a taxa de negros assassinados cresceu 33,1%; já a de não negros apresentou crescimento de 3,3%.

Jovens. O *Atlas* mostra ainda que, entre todas as causas de mortes de jovens – como doenças e acidentes de trânsito, por exemplo –, a que aparece com mais frequência é o assassinato.

Em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil. Esse número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, taxa recorde nos últimos dez anos, aponta a pesquisa. “Homicídios foram a causa de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 49,4% para pessoas de 20 a 24; e de 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos”, descrevem os pesquisadores.

O coordenador da pesquisa, o economista Daniel Cerqueira, disse à reportagem que os dados apresentados deveriam guiar a implementação de políticas públicas. “Indica quem são as vítimas: negros, moradores de comunidades vulneráveis, com pouca escolaridade. Isso deveria implicar uma ação focalizada nesses territórios.”

06 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Moro desativa celular após ser alvo de ataque virtual

Renato Onofre / BRASÍLIA

O celular pessoal do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, foi alvo de um ataque virtual na noite de anteontem. O ministro cancelou a linha, que usava desde o início da Operação Lava Jato, quando ainda era juiz federal em Curitiba, e determinou à Polícia Federal a abertura de investigações.

Segundo apurou o Estado, o celular do ministro foi invadido por volta das 18h de anteontem. Ele só percebeu após receber um telefonema do seu próprio número. Ao atender, a ligação ficou muda.

O ex-juiz, então, acionou investigadores da Polícia Federal que ficam à sua disposição, informando da suspeita de clonagem. O último acesso de Moro ao aparelho foi registrado no WhatsApp às 18h23 daquele dia.

De acordo com pessoas próximas ao ministro, o autor da invasão enviou mensagens usando o número. O conteúdo do que foi enviado não foi divulgado.

Outro caso. Não é a primeira vez que aparelhos de autoridades são alvo de ataques de criminosos virtuais. No mês passado, o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot teve o aparelho pessoal acessado ilegalmente e suas senhas bancárias e de redes sociais capturadas por hackers.

Depois disso, a atual procuradora-geral, Raquel Dodge, determinou a abertura de um procedimento administrativo para acompanhar a apuração de tentativas de ataques cibernéticos a procuradores do Ministério Público Federal, sobretudo os que integram as equipes da Lava Jato no Rio e no Paraná.

“Em parte dos casos em que foi verificada a tentativa de ataque, os usuários receberam ligações do seu próprio número, o que, à primeira vista, parece impossível, algo que estaria sendo viabilizado por meio de aplicativos específicos”, afirmou a Procuradoria em nota na época.

A investigação sobre a invasão ao aparelho de Moro está sob sigilo.

06 JUN 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Lava Jato denuncia Beto Richa por R\$ 7,5 milhões

Acusação aponta o recebimento de vantagens indevidas da Odebrecht

A força-tarefa Lava Jato do Ministério Público Federal no Paraná (MPF/PR) denunciou nesta quarta-feira, 5 de junho, Carlos Alberto Richa (Beto Richa), Ezequias Moreira, José Richa Filho (Pepe Richa), Luiz Abi Antoun, Dirceu Pupo Moreira, Rafael Gluck e José Maria Ribas Mueller pela prática, ao longo de 2014, dos crimes de corrupção ativa e passiva, fraude licitatória e lavagem de dinheiro, relacionadas à licitação para Parceria Pública Privada para exploração e duplicação da PR-323, que liga Maringá a Francisco Alves, no noroeste do Paraná.

De acordo com a denúncia, Beto Richa, Ezequias Moreira, José Richa Filho em conluio com Rafael Gluck e José Maria Ribas Mueller, fraudaram a licitação em



ANPR

Beto Richa responde outras ações na Justiça que o levaram à prisão

favor do Consórcio Rota das Fronteiras, composto, entre outras, pela empresa Tucumann Engenharia e pela Odebrecht. A investigação apontou o contato entre empresários ligados às empresas integrantes do

consórcio e os agentes públicos antes mesmo da publicação das diretrizes para a licitação ganha posteriormente pelo consórcio.

Os agentes públicos atuaram para o afastamento de outros poten-

ciais concorrentes e descumpriram formalidades legais. Para garantir o favorecimento do consórcio, o grupo criminoso integrado pelo ex-governador recebeu vantagens indevidas de cerca de R\$ 7,5 milhões. ■